

LIVROS E REVISTAS

PE. PEDRO CALDERAN BELTRÃO.
S. J. *Família e Política Social*.
Coleção do Instituto de Estudos
Políticos e Sociais da P.U.C.
XI, AGIR, Rio de Janeiro, 1962,
316 págs.

I. Que nos seja permitido assinalar de início que discordamos em absoluto da definição dessa obra dada pelo próprio autor ("uma modesta contribuição, um esforço de síntese, ..., um repertório, e talvez uma fonte de sugestões...").

Não, é incomparavelmente mais. Em primeiro lugar, é incontestavelmente o mais amplo e aprofundado estudo sobre problemas sociais da época atual, escrito por um cientista brasileiro e publicado em português. E, ao mesmo tempo, a maior obra da literatura mundial dedicada à análise, num nível extraordinariamente elevado, sob todos os possíveis ângulos: social, econômico, demográfico, sociológico e moral, do conjunto da política familiar.

Recensando em número anterior desta revista o primeiro livro de autoria do eminente autor, intitulado *Vers une Politique de Bien-Être Familial*, formulado em 1954 e publicado em 1957, toma-

mos a liberdade de sugerir a sua publicação em vernáculo.

No Prefácio do livro ora em exame o Prof. Pe. CALDERAN BELTRÃO salienta que a sua intenção foi "efetuar uma atualização daquele estudo" (o que pôde fazer na medida do possível), assim como readaptá-lo às condições do Brasil (o que, confessa pesaroso, apenas "conseguiu iniciar"). Quanto a esse último aspecto reservamo-nos ainda alguns reparos na segunda parte desta recensão. Quanto à atualização, parece-nos tarefa extremamente difícil e ingrata.

Quantas coisas aconteceram, no Brasil e no mundo afora, depois da data relativamente muito recente (1 de setembro de 1960) em que o Prof. Pe. BELTRÃO terminou a redação da sua última obra-prima?

Acabam de sair as primeiras apurações do Recenseamento de 1960, com resultados espetaculares quanto a coeficientes de crescimento populacional e de urbanização, que nos obrigam a reexaminar o diagnóstico anterior dêsses dois importantes elementos do panorama nacional. Surgiu o projeto governamental, visando a solução ampla e salutar, quanto à introdução do salário-família (na realidade,

antes, abono familiar, porém sob uma forma muito superior à primeira tentativa nesse sentido que fizemos em 1934). Ao mesmo tempo, aumentou consideravelmente o surto inflacionário, cujos transtornos sociais tanto justificam a compensação dos encargos familiares, diga-se de passagem, problema êsse apenas episódicamente abordado na exposição do eminente autor. Enfim, várias fontes estatísticas evidenciaram a agravação da "explosão populacional", que se verifica não somente no Brasil, como em todos os demais países da América Latina e, até certo ponto, nas demais regiões do mundo subdesenvolvido, alertando a opinião dos meios dirigentes internacionais, ao passo que o principal ponto de referência das considerações do ilustre cientista patricio continua a ser ainda sempre a situação muito diferente nesse particular na Europa Ocidental. Êsse fenômeno de importância fundamental mereceu interpretação extremamente interessante e acertada nas linhas e entrelinhas da Encíclica *Mater et Magistra* (de 15 de maio de 1961), provocando, por outra parte, uma nova abordagem dessa momentosa questão em várias obras enquadradas na doutrina social católica (recentes livros de A. ZIMMERMANN, WILLIAM J. GIBBONS e vários outros). No plano de estudos relativos à legislação comparada sobre o abono familiar, saíram, em 1961, excelentes trabalhos, devidos à iniciativa da Associação Internacional de Seguridade Social, cuja apreciação mereceria, se não nos enganamos, um capítulo à parte, por ocasião da próxima reedição do referido livro, de vez que, na

sua redação atual, depara-se-nos a falta de análise crítica das leis vigentes, nesse particular, numa meia centena de países (seis dêles na América Latina).

Seja como fôr, nessas condições, se nos é lícito formular a nossa opinião pessoal a respeito, com todas as ressalvas, dada a nossa competência limitada nessa complexa matéria, o maior mérito da última obra do renomado autor não é tanto a sua atualização, mas, sim, o aperfeiçoamento realmente impressionante de seu pensamento, que tanto distancia o último livro de 1962 do anterior, de 1954, fazendo com que dificilmente possa ser doutrinariamente mais amadurecida a análise rigorosamente científica do conjunto de problemas nêle tratado.

É com certo constrangimento, em face do "embarras de riqueza", que nos oferece *Família e Política Social*, que tentaremos focalizar alguns aspectos da exposição, merecedores de destaque todo particular.

A ênfase dêsse tratado parece deslocada um tanto mais para a "Família" do que para a "Política Social", propriamente dita, com exposição, a mais completa e magistral possível, de seus aspectos demográficos, econômicos e sócio-econômicos, a rigor, com tratamento menos preferencial reservado pelo autor à sociologia familiar, sobretudo, com relação a suas facetas patológicas, relacionadas com a crise da família, nas condições específicas peculiares à moderna sociedade industrializada e urbanizada.

O que empresta valor transcendental a êsse livro é não somente

o esclarecimento da origem e do desenvolvimento da política familiar e da sua correlação com a política demográfica e econômica, com o lançamento das diretrizes da política de bem-estar familiar, baseadas nos princípios de "justiça familiar" e "liberdade familiar", e justificadas de um modo absolutamente convincente.

É impossível formular melhor a sua essência de que como o fez de maneira brilhante o autor defendendo a tese de que, "tratando-se de um problema social, exige uma terapêutica social" (pág. 112).

Achamos também digna de todos os elogios a acertada observação do Prof. BELTRÃO, segundo a qual "se poderia abstrair, no plano lógico, do fator demográfico e buscar a caracterização de uma política familiar pura" (pág. 188). Parece-nos interessante acrescentar que, numa conclusão formulada pelos Relatores da Reunião da AISS, realizada em Istambul em setembro de 1961, ROLAND LEBEL e ZARKO CREJIC, foi destacado o crescente divórcio entre o abono familiar e a sua motivação original de ordem populacional.

É extremamente original, única no seu gênero, a demonstração das vantagens econômicas da "compensação diferencial" dos encargos familiares, com recurso preponderante aos raciocínios da escola keynesiana.

Data venia, parece-nos apenas um tanto arriscada a afirmação do autor, segundo a qual "para uma população em crescimento, não existe o problema de desemprego estrutural" (pág. 250). Aceitar tal tese, equivaleria a negar a possibilidade de desemprego de índole de-

demográfica em geral, e de seu íntimo corolário: subemprego, proveniente de fortes pressões populacionais, fenômeno ultimamente, entre nós, um tanto controvertido em seus pormenores, na literatura econômica brasileira, mas que indubitavelmente se faz sentir em vários países subdesenvolvidos com altos coeficientes de crescimento vegetativo. Será que o desemprego demográfico não existe na Itália, acompanhando as mais diversas fases de evolução quantitativa da sua população nacional? Será que não aparece em alguns países acentuadamente superpovoados da América ibero-latina (Haiti, El Salvador, Porto Rico, Cuba etc.)? Será que, mesmo, não nos deparamos, no Brasil, desde já com alguns sintomas de desemprego "inicial" da nova geração, cujos consideráveis contingentes entram, todos os anos, no mercado de trabalho, em busca de primeiro emprego remunerado, e que se deve, além de uma certa rigidez do mercado de trabalho, sobretudo às altas taxas de natalidade e à queda da mortalidade infantil?

II — Essas últimas observações levam-nos a abordar a exposição consubstanciada no Apêndice da obra aqui recensada (*População e Família no Brasil*).

É mister adiantar que contém toda uma série de considerações de maior valor, como seja, por exemplo, a excelente crítica do funcionamento do salário mínimo uniforme, não complementado por abonos familiares e a demonstração da íntima correlação existente entre a reforma distributiva preconizada pelo autor e o aprimoramento da instrução popular.

Algumas dúvidas despertam-nos, todavia, certos reparos atinentes ao dinamismo populacional brasileiro: O autor de certo não ignora, porém, sem poder consultar os resultados do Censo de 1960, um tanto subestima o ritmo de crescimento demográfico e, por conseguinte, não aprecia, em sua integridade, seus graves efeitos econômicos e sociais. Convém lembrar que a taxa anual de crescimento atingiu no último período decenal (1950-1960) a impressionante cifra de 3,09 % (no penúltimo período intercensitário — 2,38 %), sem que se possa ainda distribuir a responsabilidade por esse aumento, numa proporção razoável, à queda da mortalidade, sobretudo infantil, e ao firme dinamismo natalista. De qualquer modo, caso se mantivesse a taxa de incremento vegetativo acima mencionada, a população brasileira deveria atingir já em 1970, de acordo com os cálculos do Serviço Nacional de Recenseamento, o total aproximadamente igual a ... 96 460 895 pessoas. Resta porém saber — e este é realmente o âmago da questão — se continuará, no futuro, intacto o ritmo extremamente veloz de crescimento natural.

Disposando as teses defendidas pelo Prof. GIORGIO MORTARA a respeito da diminuição da fecundidade feminina na população urbana e suburbana (redução da prolicifidade e da quota de mulheres prolicíficas), o eminente autor é de opinião que agirá nesse sentido “o fator mais potente de mutação sócio-econômica e sócio-cultural, bem como, em particular, de mutação demográfica”, isto é, a urbanização. Ora, o Censo confirma niti-

damente a enorme incidência desse processo, evidenciando que, em 1960, cerca de 45 % da população nacional encontravam-se na zona urbana (em 1940 — 31,24 % e em 1950 — 36,16 %). Será, todavia, que temos que antecipar (a) a urbanização ou “desruralização” do Brasil quantitativamente ininterrupta na redistribuição da população nacional e (b) admitir que tal fenômeno ocasionará fatalmente a baixa da fecundidade? Quanto ao primeiro elemento do problema, não vemos, com efeito, fator algum capaz de paralisar, no futuro próximo, a atuação das poderosas forças de expulsão na zona de emigração e das de atração nos centros de imigração, se deixamos de lado a hipótese da reforma agrária imediata de tal envergadura, que possa estancar a fuga dos campos. Entretanto, será que a mera concentração física nas aglomerações urbanas ou suburbanas dos contingentes de população antigamente rural poderá, por si só, garantir a redução das curvas de fertilidade e natalidade? Franca-mente, não nos parece. Os imigrantes rurais não se incorporam mais com facilidade às condições de seu novo meio. Ficam não somente, até certo ponto, à margem da economia secundária e terciária (salvo, a rigor, a construção civil e obras públicas para homens, e serviço doméstico para mulheres), como também, criando ou reforçando quistos habitacionais marginais, não estão adquirindo formas de vida, hábitos e costumes dos urbanos, inclusive quanto à sua procriação. Pode ser que a frequente separação de famílias, que, via-de-regra, deixam nas áreas de

origem, emigrando para as cidades, diminuirá o número de nascimentos na primeira fase posterior à migração. Contudo, é difícil prever a equiparação da primeira geração dos novos habitantes urbanos aos cidadãos "natos", quanto ao eventual controle espontâneo de seu respectivo "espaço de família".

Particularmente, por causa da aguda crise por que atualmente passa a classe média de rendimentos fixos, é razoável antecipar a limitação voluntária da prole, dentro dessa classe. Muito pelo contrário, nas camadas muito mais numerosas, e economicamente desprivilegiadas, a classe trabalhadora, quer novas, quer, mesmo, antigas, não se pode ainda observar sintomas precursores da maior expansão dessas praxes, com conseqüente estabilização e posterior declínio do nível atual de crescimento natural.

Isto tudo não quer dizer de modo algum que devemos abrir mão da dotação econômica da família brasileira, sob a falsa impressão de sua contribuição fatal para a tendência ainda mais ascensional da natalidade. Como é notório, nada comprova a forte atuação nesse sentido do abono familiar. Bastará estruturar esse benefício, de modo a neutralizar o eventual fomento artificial natalício, limitando-se, por exemplo (contrariamente à redação atual do referido projeto de lei), a um máximo razoável o número de filhos beneficiados e evitando-se valores excessivos do abono.

A situação acentuadamente precária dos orçamentos familiares do nosso proletariado, expostos, de lado da receita e da despesa, à

ação corrosiva da espiral inflacionária, torna a adoção de tal reforma necessidade imperiosa e inadiável. E isto independentemente da angustiante desagregação dos laços familiares, que se nota, com facilidade, nesse ambiente. Na pirâmide etária, a proporção cabível ao grupo de menores de idade tenderá a crescer rapidamente e o máximo aprimoramento qualitativo, físico, higiénico, educacional e vocacional deverá concentrar em si a maior atenção da nossa política social, mesmo, se fôsse necessário, com certa redução dos padrões excessivos de proteção, garantidos atualmente às pessoas de idade avançada. A nossa legislação trabalhista, previdenciária e tributária carece ainda de firmes bases de orientação familiar. Ora, nesse caminho o abono familiar ou o salário-família, desde que baseado no sistema de responsabilidade coletiva — a denominação não importa de modo algum — oferece-se-nos como instrumento mais certo e seguro de proteção eficaz à nova geração, de cujas qualidades dependerá o futuro do Brasil.

O que nos faltou foi a doutrina social familiar, cujas diretrizes certas e seguras possam servir como fundamento ideológico das providências pragmáticas da política familiar. A experiência comprova todos os riscos relacionados com o divorciamento entre a doutrina e as soluções normativas que, nessas condições, se tornam empíricas, meramente intuitivas, às vezes, casuais e fortuitas.

A grande obra aqui recensada preencheu essa angustiante lacuna. Eis o que nos parece ser o maior

mérito do estudo sobre Família e Política Social. — *Estanislaw Fischlowitz*.

W. RÖPKE. *Au-delà de l'offre et de la demande vers une économie humaine*. Payot. Paris, 1961.

A presente edição é a tradução francesa do texto original alemão: *Jenseits von Angebot und Nachfrage*.

O livro tem a nobreza lúgubre de um canto de cisne. O canto claro e desesperado do capitalismo liberal agonizante. Quando êste morrer, e parece que não dura muito, a humanidade não poderá dizer que não sabia o que perdeu, porque RÖPKE teve a coragem de dizê-lo, aironando impávido a pecha de retrógrado e reacionário.

Resumimos a idéia do autor. O grande risco das nações contemporâneas é serem absorvidas pelo Estado-Providência de tipo socialista. O sintoma alarmante do perigo é a *massificação* crescente da sociedade, que se proletariza, na qual um número crescente de indivíduos abdica de suas funções humanas de providência, de responsabilidade e liberdade e aceita barganhá-las com o Estado por um pouco de segurança. A grande força que acelera o processo é a *inflação*, principalmente sob suas formas mais virulentas: inflação fiscal, inflação de investimentos e inflação de salários. A única salvação para a humanidade seria a volta a uma pura *economia de mercado*. Mas esta volta é hoje tanto mais difícil, quanto ela não é mais apenas uma questão de técnica eco-

nômica ou financeira, por exemplo, uma enérgica contração de crédito por parte do banco central. É um problema que se situa além do plano meramente econômico, da oferta e da procura, é um problema que se situa no plano moral: é preciso que os homens *queiram* subtrair-se ao processo desencadeado, e aceitem os sacrifícios que esta vontade implicaria. Infelizmente a própria vontade está afetada pelo mal, pela ação entorpecente da demissão, do cinismo econômico que tem sua origem nas idéias de KEYNES, que será reconhecido, em breve, espera o autor, um dos "grandes destruidores espirituais da história" (página 248).

O livro é assim profundamente melancólico, pessimista, cheio do azedume de alguém que viu impotente suas idéias serem postas de lado, em sua longa e fecunda carreira de economista e pensador, e ao qual só resta, no fim, a triste função de Cassandra, de ser o profeta do mal.

Cremos que o grande êrro de RÖPKE é só ver a salvação numa volta a uma forma passada. É não ter compreendido a força irreversível de um processo histórico. Se êle tivesse aplicado os recursos intelectuais de seu invejável lastro cultural e de sua sólida preparação econômica, em desvendar o presente e perscrutar o futuro, talvez encontrasse uma alternativa entre o socialismo estatal e a volta à economia liberal. Talvez descobrisse no comunitarismo — êle que tanto preza em sua obra as comunidades naturais — um sistema econômico-social capaz de dar ao indivíduo segurança pela

mobilização de suas responsabilidades e sem precipitá-lo sob o jugo do Estado-Providência.

Os aspectos críticos da obra, suas invectivas ao Estado-Providência, à massificação, à inflação, ao centrismo, no sentido de centralização absorvente, são cheias de bom-senso, de humor bastante amargo. Os aspectos construtivos, as soluções propostas, a volta à economia de mercado e à descentralização não são convincentes precisamente porque o autor está dominado pela idéia de que a alternativa é adequada: ou volta ao capitalismo, ou marcha inevitável para o socialismo.

Defendendo a todo preço um sistema econômico que realizasse um capitalismo "*à l'état pur*", o autor é de um irrealismo e de uma falta de objetividade surpreendente. Ele é rigorosamente lógico a partir das premissas de um pequeno burguês que se irrita com a existência das massas, com a expansão demográfica, com as tentativas de novas soluções econômicas, diversas daquelas que ele aprendeu no seu "*beau vieux temps*". A economia de mercado só pode funcionar, escreve ele, com grandes virtudes morais; no entanto parece desconhecer que foi precisamente esta economia que corrompeu as virtudes morais que ainda existiam no antigo regime, anterior ao capitalismo. O simplismo com que analisa o problema dos povos subdesenvolvidos é quase irritante. Para o autor, trata-se apenas de uma questão de inveja dos povos pobres, contra os povos ricos. Se aqueles aprendessem o exemplo da Inglaterra que se desenvolveu à base da poupan-

ça, obtida pela retração disciplinar do consumo, não haveria subdesenvolvimento. Ao autor nem sequer parece passar pela cabeça que talvez o desenvolvimento britânico se tenha prevalecido dos povos coloniais, que hoje cobram o preço atrasado de seus sacrifícios. Na análise dos problemas econômicos nacionais, é muito pouco sensível aos imperativos sociais que parece reduzir exclusivamente a amplificações demagógicas de sindicatos. Para os operários só existe uma alternativa: ou não exigem aumentos de salário, ou aceitam o desemprego. De outra maneira, não há por onde evitar a inflação.

Talvez, a divergência fundamental entre o autor desta recensão e o autor do livro se explique pelo fato de verem o mesmo problema, o primeiro, dentro da perspectiva de um país que se desenvolve; o segundo, da de um país desenvolvido. Radicalmente oposto ao risco do estatismo coletivista, acho entretanto que a pior maneira de evitá-lo é a volta ao capitalismo, cujos erros, equívocos e crimes engendraram, por reação, o monstro do socialismo estatal que ambos repudiamos. — *Pe. Fernando Bastos de Avila S. J.*

Selected Studies of Migration Since World War II, Milbank Memorial Fund. New York, 1958, US\$ 1,00.

Trata-se dos *Proceedings* da 34.^a Conferência do Milbank Memorial Fund, realizada em fins de outubro de 1957 na Academia de Medicina de Nova Iorque.

Volume de 244 páginas, compreende um breve prefácio de FRANK G. BOUDREAU e CLYDE V. KISER, sendo o primeiro o Presidente do Milbank Memorial Fund, esclarecendo as razões da publicação e examinando brevemente sua estrutura, que é tripartida, compreendendo contribuições e discussões sobre Migrações: A) no Contexto Internacional (3 contribuições), B) no Âmbito Norte-americano (4 contribuições) e C) em Aspectos Tópicos (3 contribuições), sendo as últimas 20 páginas consagradas ao jantar anual, onde o orador dissertou sobre um tema de saúde norte-americana.

Na Secção A), DUDLEY KIRK, do The Population Council de Nova Iorque, faz um admirável resumo das principais migrações internacionais desde o fim da 2.^a guerra mundial, mostrando como de 1946 a 1957 foi liquidado, com êxito, o tremendo legado das pessoas deslocadas e de refugiados devidas à guerra, e examina as novas migrações forçadas ocorridas na Ásia durante o período. Mostra as limitações à migração e a formação de novos padrões de mobilidade espacial, com predomínio das migrações internas. Os debatedores — Rev. W. J. GIBBON, J. B. SCHECHTMAN e J. J. SPENGLER — complementam valiosamente a exposição magistral de KIRK, sob ângulos distintos.

Em longo e substancioso trabalho, IRENE B. TAEUBER, de Princeton, autora do monumental *The Population of Japan* que a sagrou, em 1958, como a maior especialista na matéria, analisa as Continuidades nas Migrações Internas do Japão, confirmando tecnicamente

a hipótese fundamental de que, no período de 35 anos entre 1920 e 1955, quando o Japão conheceu a grande depressão, a expansão imperial, a guerra, a derrota e a reconstrução, como a mola básica da transformação econômica e demográfica nipônica foi o desenvolvimento de sua economia industrial no século XIX, cada área japonesa perdeu emigrantes para outras mais industrializadas e ganhou imigrantes vindos de regiões mais agrárias. A contribuição foi debatida, encomiasticamente, por WARREN S. THOMPSON e PHILIP M. HAUSER.

RUFERT B. VANCE, da Universidade da Carolina do Norte, examina realisticamente os elementos da política nacional que são os pré-requisitos para uma imigração. Algumas de suas conclusões são de grande interesse para o Brasil, cuja política imigratória, para ser caridosa, deixa muito a desejar. O artigo foi debatido por WILLIAM PETERSEN.

Na Secção B), de interesse mais limitado aos E.E.U.U., ERNEST ROCHIN examina a Imigração para os Estados Unidos sob a Legislação e a Política respectiva de 1946 a 1957, sendo seu trabalho amplamente debatido; C. HORACE HAMILTON fornece resultados preliminares de um estudo, na Carolina do Norte, sobre a Seletividade Educacional na Migração Rural-Urbana, sendo criticado por CONRAD TAEUBER. DONALD J. BOGUE apresenta um *case study* das Implicações Econômicas e Sociais das Mudanças Populacionais na Área Metropolitana de Chicago, debatido por E. M. HOOVER e HENRY FAGIN, e EVERETT S. LEE escreve sobre Migração e Doenças Mentais

no Estado de Nova Iorque, de 1949 a 1951, sendo debatedores BENJAMIN MALZBERG, CLARENCE SENIOR e H. V. MUHSAM.

Na Secção C), JOHN K. FOLGER, Diretor Associado do Southern Regional Education Board, discorre sobre Modelos na Migração, em interessante contribuição teórica à análise matemática do problema, que suscitou debates pertinentes de DANIEL O. PRICE, PETERSEN, VANCE, HAUSER, MUHSAM e BOGUE.

A seguir, JOSEPH J. SPENGLER, da Duke University, faz uma análise percuciente dos Efeitos Econômicos das Migrações, que constitui relevante contribuição à matéria, e que foi debatida por OTIS DUDLEY DUNCAN e CLARENCE SENIOR.

Finalmente, SIMON KUZNETS e DOROTHY S. THOMAS, respectivamente das Universidades de Johns Hopkins e Pensilvânia, examinam as relações entre Migrações Internas e Crescimento Econômico, fornecendo algumas observações agudas sobre um tema do maior interesse para os brasileiros, e que suscitou animados debates em que tomaram parte FRANK W. NOTESTEIN, o Rev. GIBBONS, HAUSER, C. TAEUBER, VANCE, MUHSAM e FRANK LORIMER.

O livro, pelas qualificações e alto gabarito dos seus autores e debatedores, é mais uma das magníficas contribuições do benemérito Milbank Memorial Fund aos estudos demográficos, inserindo-se dignamente na série de publicações sobre esses assuntos que o Fundo vem divulgando constantemente, ao examiná-los em seus simpósios anuais; os que imediatamente o

precederam foram *Current Research in Human Fertility* (Nova Iorque, 1955) e *Trends and Differentials in Mortality* (Nova Iorque, 1956). Como estes, o que ora brevemente passamos em revista será lido com prazer e proveito pelos interessados na matéria. — *Artur Hehl Neiva.*

ANDRÉ BABEAU. *Les Conseils Ouvriers en Pologne.* Cahiers de la Fondation National des Sciences Politiques. Paris. 1960. 305 páginas.

Não pode causar espécie o interesse despertado na Europa Ocidental, e particularmente nos meios socialistas da França a que pertence o jovem e brilhante autor, cujas atividades estamos acompanhando, por acaso, de perto, pelas providências reformistas polonesas, relacionadas com a criação de conselhos operários empresariais.

Tais conselhos não são, de certo, invenção comunista. Foi em países democráticos, como, por exemplo, na República Federal Alemã, que surgiram, sobretudo no período de após-guerra, realizações normativas nesse sentido. A idéia de co-gestão operária conta com indistigável simpatia da doutrina social da Igreja, como acaba de manifestá-lo a atitude definida nesse particular pela última Encíclica Social. Muito pelo contrário, em oposição às diretrizes da política social da Iugoslávia titoísta, a referida reforma microempresarial estava sendo encarada sempre com acentuada desconfiança pelo comunismo soviético.

Como pois surgiu na Polônia a lei de 19 de novembro de 1956 que, para todos os efeitos, entregou a gestão das empresas estatais de indústria e construção, em sua integridade, aos conselhos operários?

Foi na época de primavera libertadora, depois da espetacular reviravolta, levada a efeito por GOMULKA contra a prepotência do Kremlin, no clima de euforia peculiar daquele período, em que se desmornaram as bases do Partido Unido Operário (comunista) e em que, ao mesmo tempo, ficou desprestigiado o movimento sindicalista totalitário, burocratizado, excessivamente centralizado e ineficiente, que apareceu o conselho operário, como fórmula capaz de conduzir aquele país às metas finais de socialismo progressista e livre.

A constituição das referidas entidades de autogoverno operário presidiram esperanças manifestamente ultralisonjeiras. Na opinião de alguns, deviam levar, mediante superposição de órgãos de cúpula, de caráter vertical, não somente à reestruturação descentralizadora das bases da economia socialista, como mesmo, à revisão acentuadamente democrática do próprio regime constitucional. A reforma acima aludida se fazia acompanhar da criação dos "Fundos de Empresa", base financeira da ampla e generosa participação salarial nos lucros.

Contudo, na realidade, o desenvolvimento dêsse instituto seguiu, desde logo, linhas de evolução diametralmente opostas.

Pouco tempo depois da promulgação da referida lei, e sem mesmo esperar seus resultados práticos, começaram a aparecer, com a cres-

cente reaproximação com Moscou, sintomas de reação contra a autonomia operária, considerada capaz de ameaçar os fundamentos partidários e sindicalistas do regime comunista.

As tendências nesse sentido encontraram expressão manifesta na lei de 20 de dezembro de 1958. O novo diploma legal reduziu consideravelmente os poderes conferidos aos conselhos operários, reservando-lhes papel de órgãos consultivos de assessoria operária na gestão da empresa, com ênfase no aumento da produtividade, no reforço da disciplina funcional e na aplicação dos contratos coletivos de trabalho.

Mas não foi só isso. Reafirmando-se o princípio de "direção única", reservada à gerência, constituiu-se, outrossim, dentro de todas as empresas de indústria, de construção e de lavoura, órgãos tripartidários de "autogoverno" ("conferência de autonomia operária"), com atribuições incomparavelmente mais amplas, e de que devem fazer parte ao lado (a) dos Conselhos Operários, também (b) as células empresariais do partido, assim como (c) os órgãos sindicalistas nos respectivos estabelecimentos. É óbvio que tal organização pluralística da autonomia operária, em que se diluem as atribuições específicas, outorgadas em 1956 aos próprios Conselhos, enfraqueceu consideravelmente a posição do "autogoverno" da classe trabalhadora.

O Sr. BABEL que visitou repetidas vezes a Polônia, submetendo ao exame metuculoso e acurado o balanço do funcionamento dos conselhos operários, evita cuidadosa-

mente quaisquer conclusões precipitadas a respeito do futuro dessa reforma.

Apesar da sua profunda simpatia para com a Polónia e os poloneses e da firme ideologia de socialismo democrático que inspira sua obra, o autor soube manter atitude modelar de isenção e objetividade na observação e apreciação dos fenómenos que analisa e comenta.

Destaca tanto "as luzes" da última providência legislativa, por exemplo, a criação dos referidos conselhos também em seções e departamentos da empresa, como as suas "sombrias". Contudo, não pode deixar de destacar que o "casamento de amor" entre a classe operária e as reformas gomulkistas cedeu lugar, com o tempo, ao "casamento de razão", sem mais inspirar a acolhida entusiástica reservada às mesmas na data de sua introdução. Na parte final, datada de janeiro de 1960, atribui o retrocesso dessa inovação institucional à agravação da conjuntura económica, inclusive crise de abastecimento, que se delineou nesses últimos anos.

Por outro lado, acredita que a centralização dos órgãos dirigentes da economia planejada e dirigida impede realizações mais dinâmicas da autonomia operária dentro do setor microempresarial, cujas atribuições foram relegadas a um lugar de relevância limitada. Evidentemente, o sucesso ou malogro dos referidos conselhos varia de um caso para outro, em função da maior ou menor resistência do operariado às pressões político-partidárias e do amadurecimento cívico dos portavozes dos trabalhadores.

Difícilmente pode ser considerada como progresso nesse caminho a criação, em 1961, em maior escala, de "Tribunais Operários", destinados a julgar toda uma série de delitos (casos de furtos e roubos, de defraudação, assim como de outras fraudes, cometidas dentro do âmbito da empresa), cuja angustiante frequência reflete as difíceis condições de existência da classe operária.

A leitura atenta da imprensa polonesa parece comprovar que, de um modo geral, o funcionamento dos Conselhos não correspondeu nem de longe às expectativas ligadas a sua criação.

Não há como negar que a Polónia continua ainda sempre ocupando, apesar de todos os notórios retrocessos, uma posição *sui generis* no grupo de países comunistas, dada uma certa moderada margem reservada às liberdades individuais e falta de coletivização da agricultura. Não desapareceram ali correntes de revisionismo fora e mesmo dentro do partido, como se depreende de várias declarações recentes de LANGE, INFELD e SCHAFT, que preconizam dentro de certos limites a cautelosa liberalização do regime atual.

Os últimos bastante fortes pronunciamentos antitotalitários de vários líderes do pensamento marxista polonês, sensacional testemunho de STAWAR, publicado, nessas últimas semanas, depois da sua morte ocorrida em Paris, e repetidas manifestações nesse sentido de KORNACKI ultimamente condenado em Varsóvia à prisão, evidenciam a paulatina evolução nesse sentido da doutrina comunista polonesa. Às vezes, como aconte-

ceu nesses dois casos, as críticas do sistema totalitário, quando assumem formas implacáveis, encontram, é verdade, forte repressão por parte dos meios oficiais. A sua razão de ser não pode ser sujeita à interpretação controvertida. Tudo leva, com efeito, a crer que, em face da nova crise do comunismo mundial, evidenciada no XXII Congresso do partido soviético (Moscou, outubro de 1961), se observa, mais uma vez, em Moscou, com crescente preocupação tudo o que se passa dentro da Polónia comunista.

Seja como fôr, tôdas as tendências renovadoras acima aludidas não encontraram, por enquanto, expressão alguma em tentativas que visassem ao restabelecimento dos princípios de autonomia operária, forma mais expressiva de reação contra a prepotência da máquina estatal do regime comunista.

— *Estanislau Fischlowitz.*

JOEL DEAN. *Managerial Economics*. Prentice Hall, Inc. Englewood Cliffs, N. J., 1962.

*Managerial Economics*¹ é a tentativa de empregar os conceitos da Teoria Econômica à gestão de empresas. Usando as próprias palavras do autor, o livro se preocupa mais com conceitos que com detalhes técnicos de cálculo. Esta é, realmente, uma constância através dos 10 capítulos que compõe o livro. Por um lado esta característica é vantajosa, tendo em vista o público ao qual foi destinado: diretores de empresas; por outro

lado, porém, sobretudo em alguns capítulos, o tratamento dispensado aos assuntos é excessivamente geral e, em alguns casos, vago. Tal se dá, por exemplo, nos capítulos referentes a Lucro, Propaganda e, especialmente, Financiamento.

Uma segunda "característica" do livro em aprêço é a falta de maior continuidade entre os diversos capítulos. Dos 10 que o compõem (Lucros, Concorrência, Produtos Múltiplos, Análise da Demanda, Custo, Propaganda, Preço Básico, Fixação de Preço em linha de produtos, Preços Diferenciais e Financiamento), apenas os relativos a Preço Básico (cap. 7), Fixação de Preços (cap. 8) e Preços Diferenciais (cap. 9) guardam um completo entrosamento.

Conhecidos êstes fatos, que em nada diminuem a qualidade da publicação, o leitor encontrará um importante repositório de "idéias", magnificamente expostas. O autor é extraordinariamente feliz em sua exposição (aconselhamos o texto original), claro, sucinto, objetivo. Escrito para o homem "prático" da empresa e não para o analista teórico, JOEL DEAN fugiu à tentação de um tratamento matemático completo, que certamente traria embaraços ao público ao qual foi destinado. Ao longo de todo o livro, exceção feita ao capítulo relativo à Análise da Demanda, o emprêgo de gráficos e tabelas substitui a formulação matemática, algumas vezes com excelentes resultados. A exceção diz respeito à parte relativa à Correlação Linear e Múltipla e a alguns exemplos de determinação da função demanda;

¹ Existe tradução para o espanhol, sob o título *Economía para Directores de Empresa*, Editorial Bibliográfica Argentina, Buenos Aires.

mesmo aqui, porém, não foi esquecida abundante exemplificação, quase toda baseada na experiência pessoal do autor e da equipe de consultores do escritório Dean e Associados.

Entre os capítulos que merecem especial atenção, encontra-se o relativo a "Custos". Neste, JOEL DEAN orienta o raciocínio do leitor para o emprêgo das informações contábeis como ferramenta para decisões, descreve os conceitos de custo de oportunidade com rara felicidade e sugere métodos de análise para a determinação da "função custo". Ainda neste capítulo, substancial atenção é dada à análise do ponto de *break-even*, sendo apontadas vantagens e limitações.

Seria certamente longa (e possivelmente tediosa) a descrição detalhada de cada um dos 10 capítulos de *Managerial Economics*. Ao leitor interessado (e inteligente), JOEL DEAN fornece excelente guia para reflexões e estudos especializados. Cabe aproveitá-la. — Sérgio F. Quintela.

GIUSEPPE GADDA CONTI. *Mobilità e Stratificazione Sociale. Considerazioni intorno ad alcuni orientamenti recenti*. Prefácio de FRANCO FERRATOTTI. Editrice Taylor. Torino, 1959.

Trata-se de trabalho exclusivamente teórico sobre o tema anunciado no título, onde o autor inicialmente analisa as contribuições de diferentes teorias em estratificação e mobilidade, principalmente as de MARX e WARNER. Nesta fase preliminar quer me parecer que GADDA CONTI superestima a influ-

ência que atualmente exerce a obra de WARNER sobre os estudos americanos no campo da estratificação e da imobilidade. Embora o autor se revele perfeitamente familiarizado com a literatura internacional no campo, alguns autores mais recentes tiveram sua influência subestimada, entre eles KAHL, LENSKI e LIPSET & BENDIX, estes últimos autores de monumental trabalho sobre mobilidade, *Social Mobility in Industrial Society* (Berkeley: University of California Press, 1959), publicado no mesmo ano que a obra ora em análise. Todavia, o capítulo escrito em colaboração por LIPSET e ZETTERBERG, de grande importância para o trabalho de GADDA CONTI, desde 1953 se encontrava estruturado em suas linhas mestras e publicado nas atas do III Congresso Internacional de Sociologia. Por outro lado, na crítica à obra de MARX, foi ignorada a contribuição valiosa e nada secreta de DAHRENDORF. Novamente poder-se-ia argumentar que a versão inglesa, revista e mais completa, foi publicada também em 1959. Não obstante, a versão alemã, *Soziale Klassen und Klassen conflict in der Industriellen Geseellschaft*, lhe é anterior e, uma vez que GADDA CONTI revela conhecimento da produção alemã no campo, é de lamentar que não tenha enriquecido o seu trabalho incorporando a obra de DAHRENDORF.

Naquilo que interessa mais de perto ao especialista brasileiro, a análise da situação italiana, GADDA CONTI começa por apontar certas falhas no desenvolvimento da sociologia na Itália, aparentemente inibido pela ausência de cátedras de sociologia e pela influência ne-

gativa da filosofia idealista de CROCE e seguidores; por outro lado, critica a falta de orientação teórica e de preocupações genuinamente sociológicas do grupo das "relações humanas" cujo imediatismo foi estimulado pelas oportunidades apresentadas pela indústria italiana. Passando para a análise da estratificação e, mais detalhadamente, da mobilidade social na Itália, GADDA CONTI começa por mostrar a ausência quase total de pesquisas no campo, sendo de notar apenas duas, — a do Instituto Doxa e a da revista *Concretezza*, esta totalmente viciada por falhas metodológicas. GADDA CONTI conclui, após estender-se em algumas considerações, que a estrutura social italiana é relativamente rígida, oferecendo poucas oportunidades de ascensão. Talvez aqui é que o desconhecimento da obra de LIPSET e ZETTERBERG tenha prejudicado consideravelmente o trabalho de GADDA CONTI, uma vez que qualquer estudo neste sentido tem, necessariamente, que ser comparativo. Os dados fornecidos por LIPSET e ZETTERBERG confirmam a hipótese de GADDA CONTI, utilizando dados apresentados por LIVI em "Sur la Mesure de la Mobilité Sociale", *Population*, 5 (1950), págs. 65-76, colocando-a num quadro teórico mais amplo e significativo, o do quase determinismo industrial, também desenvolvido por INKELES e ROSSI, principalmente pelo primeiro.

Concluindo, trata-se de trabalho interessante que certamente terá a função de colocar ao alcance do estudante uma análise inteligente de algumas das teorias em Estratificação Social, bem como espe-

culações judiciosas sobre a situação italiana. Não obstante, para o especialista na matéria, o trabalho de GADDA CONTI não inova teoricamente nem apresenta resultados de pesquisa original, sendo de utilidade apenas limitada. — Gláucio Ary Dillon Soares.

HOWARD STEPHENSON. *Handbook of Public Relations*. New York, McGraw-Hill Book Co, 1960. 855 págs.

Trata-se de um manual de relações públicas, para cuja elaboração o editor mobilizou as melhores competências americanas sobre o assunto. O trabalho é exaustivo, cobrindo tanto o que se poderia chamar a *teoria* das relações públicas, como nova dimensão do pensamento contemporâneo, quanto a sua *prática* nos mais variados campos. A matéria das relações públicas é concebida como função essencial a qualquer atividade de direção, empresarial, pública, social ou econômica. Sua premissa básica, ou sua atitude diretriz, é a idéia de que servir ao bem comum é o critério decisivo para julgar um homem ou uma política. Sua preocupação é formar, através de uma conceituação e do treinamento adequado, uma competência técnica que abra uma margem razoável de predição quanto aos resultados do agente. Para responder a esta preocupação, é impressionante a riqueza de material recolhido na obra que analisamos, a profusão de detalhes relativos a todos os tipos de empresa e a todos os tipos de atividades abertas ao formado em relações públicas. Pela

primeira vez, o assunto é tratado em sua amplitude total, e com um teor de tecnicidade capaz de inspirar confiança na eficiência indispensável desse novo tipo de técnica.

Porque, é indispensável que se diga, a função de relações públicas entre nós, na carência de pessoal formado, foi assumida muitas vezes por pessoas cuja única qualidade era a de ser bem falantes. A função foi assim desacreditada, num primeiro momento, e identificada com uma espécie de charlatanismo amável e elegante. Por isto, saudamos com entusiasmo este trabalho principalmente pelas preocupações éticas em que se baseia, e pelo acervo excepcionalmente rico que oferece ao público cada vez mais numeroso que se interessa no Brasil pelas relações públicas.

ROBERT J. ALEXANDER. *Comunism in Latin America*. Rutgers University Press, New Brunswick, 1960. 449 págs.

Obra de um eminente estudioso norte-americano dos aspectos econômicos e políticos da América Latina e autor de numerosos estudos dedicados a essa matéria, contém, incontestavelmente, a mais completa, mais objetiva e, sobretudo, mais bem documentada análise do comunismo latino-americano. Destaca-se, assim, da enorme, ultimamente superinflacionada e, de modo geral, superficial e precária produção literária americana, relativa a estudos dos problemas dessa região.

É verdade que o tratado de ALEXANDER não pode servir bem para a interpretação da fase atual do comunismo latino-americano. A exposição do problema termina em 1956, sem, por conseguinte, abraçar a reviravolta integral da ofensiva comunista, relacionada com a comunização de Cuba e a sua integração no bloco soviético. O curso cada vez mais acelerado dos acontecimentos faz com que a sua apreciação atualizada não possa mais ser feita em livros, mas apenas em revistas ou, até mesmo, em jornais. A constituição, em fins de 1961, em Havana, da ORI (Organização Revolucionária Integrada), atualmente transformada em PURSC (Partido Unido da Revolução Social Cubana), com o cada vez mais visível afastamento do poder do "líder máximo" FIDEL CASTRO, simultaneamente com o crescente isolamento de Cuba, o mais recente país satélite, da comunidade interamericana, terá que exercer influência poderosa sobre a estratégia comunista. Resta ainda apenas saber se tal surpreendente enfraquecimento da genuína e particularmente perigosa corrente fidelcastrista, acompanhada pelas primeiras modestas realizações da Aliança para o Progresso, diminuirão o impacto do comunismo sobre os latino-americanos.

Nem por isso, o valor do livro aqui recensado é apenas histórico, apesar de ter sido redigido no período anterior a todas essas alterações do cenário cubano e interamericano, o conclave de Bogotá e as duas reuniões de Punta del Este. Várias teses que ALEXANDER advoga, submetendo à crítica arrasadora a política latino-americana

de Washington, e explicando as condições que favorecem o surto do comunismo, não perderam, nesse meio tempo, a sua razão de ser.

O autor salienta que, depois do temporário declínio do comunismo em torno de 1954, redobrou, nesses últimos anos, a sua força. Atribui a principal responsabilidade pelo novo recrudescimento do movimento comunista aos seguintes fatores: crescentes sentimentos de descontentamento e frustração das massas, aumento do nacionalismo antiânqui, queda dos regimes de ditadura, câmbios na estrutura classista, relacionados com a industrialização, processos de latente revolução social nas cidades e no campo, incongruências manifestadas por vários governos, até centristas e direitistas, na sua colaboração, via-de-regra disfarçada, com os partidos comunistas, ditada por motivos de mero oportunismo político, e, enfim, graves erros, de ação e omissão, cometidos pelos Estados Unidos com relação ao desenvolvimento democrático dessa região, na grave fase conjuntural que atravessa nesses últimos anos.

Quanto à demonstração do balanço deficitário da colaboração entre os EE.UU. e os países "abaixo do Rio Grande" e aos subsídios valiosos que oferece uma nova e mais dinâmica orientação da ajuda norte-americana à América Latina, o livro de ALEXANDER parece ter desempenhado interessante papel precursor, lançando diretrizes, a seguir incorporadas no programa do Presidente KENNEDY.

O autor demonstra a falsidade da tese que atribui ao comunismo latino-americano caráter supostamente original, autônomo e inde-

pendente, autenticamente regional ou nacional, comprovando a sua absoluta subordinação às variáveis diretrizes do comunismo mundial, intimamente relacionadas com a defesa dos interesses políticos da URSS. Infelizmente, ALEXANDER não dedica suficiente atenção à ação desenvolvida neste Hemisfério pelos demais centros do comunismo, como, particularmente, o chinês, cuja ascensão corresponde, aliás, ao período desses últimos seis anos.

Merecem destaque os raciocínios do autor, conforme os quais a influência do comunismo seria, sempre e incondicionalmente, fadada a diminuir, onde existam fortes movimentos progressistas, avançados e democráticos, de autêntica expressão popular. A inexistência de tais movimentos, ao contrário, abre amplamente as portas à infiltração do comunismo.

Será porém que, de acordo com a opinião formulada por ALEXANDER, BETANCOURT, LLERAS CAMARGO, HAYA TORRES e J. FIGUERES representariam, na realidade, as únicas forças virtuais de defesa anticomunista? Não existem outros líderes e outros movimentos, capazes de desempenhar o papel de baluarte contra a invasão ideológica comunista, com iguais probabilidades de sucesso?

O progresso social construtivo, diminuindo as conseqüências perturbadoras dos deslocamentos provocados pelas tremendas alterações que se efetuam na economia latino-americana, é, segundo ALEXANDER, o mais eficaz dique contra a ofensiva comunista.

Como é natural, não podem deixar de apresentar para nós inte-

rêsse elevado as observações relacionadas com o comunismo brasileiro, consubstanciadas no Capítulo VII da sua obra que, aliás, não nos parece constituir um dos melhores. Procurando apontar certos traços marcantes do P.C.B., o autor salienta (a) a sua origem histórica, ligada mais às correntes de anarquismo sindicalista do que ao movimento socialista, (b) o estreito entrosamento dêsse partido com as forças de ultranacionalismo e a sua aspiração de conquistar o apoio das classes militares, assim como (c) o personalismo de sua liderança, que leva às freqüentes divergências ideológicas e a repetidas secessões de grupos heterodoxos.

Torna patentes os riscos particularmente elevados para todo o Hemisfério Ocidental, relacionados com a influência do comunismo brasileiro, que não pode ser desprezado de modo algum, tomando-se apenas em consideração a relativa diminuição dos quadros partidários. Com efeito, os comunistas "constituem um importante fator no cenário político do Brasil". Apesar do declínio da sua influência política, depois do apogeu atingido em 1945-7, "contam ainda sempre com considerável apoio popular" e "possuem uma organização disciplinada e aprimorada, que não tiveram no período de legalidade". Assim, "representam uma das mais poderosas e virtualmente mais perigosas organizações comunistas do Continente". Esse diagnóstico relativo à situação em 1956, não nos parece desatualizado em 1962, apesar de terem aparecido no panorama nacional vá-

rios aspectos novos importantes. — *Estanislau Fischlowitz.*

FRANCESCO VITO. *L'economia a servizio dell'uomo*. Società Editrice Vita e Pensiero. 6.^a ed., sem data de publicação. 474 páginas.

Múltiplas têm sido as posições éticas tomadas em relação à economia. Para alguns, a moral é uma simples e mutável função na qual a variável independente é a variável econômica. Para outros — e entre eles um grande número, embora decrescente, de "católicos de rua" — economia e moral se situam em compartimentos estanques isolados: o econômico, como o físico, como o químico, como o "científico" em geral existe em um plano diferente daquele em que valem os motivos morais: e seria então absurdo perguntar se um preço é "justo", como o seria indagar se é justo que os corpos pesados caiam, ou que a água, em determinadas condições, se dissocie em hidrogênio e oxigênio.

Ao lado, porém, dessas duas escolas — a do moral como simples e necessária consequência do econômico e a do moral e do econômico como absolutamente desligados e independentes um do outro — é cada vez mais apreciável o número daqueles que consideram, como toda a tradição católica, que a economia se deve subordinar às diretrizes da moral.

O livro do ilustre e conhecido professor da Università del Sacro Cuore, de Milão, dentro dessa orientação, mostra como a economia se põe e se deve pôr a serviço do homem.

Procura tornar claro que essa subordinação aparece como efeito das “novas orientações da política econômica”. Diz que o sistema de livre concorrência, levando a uma distribuição de riqueza tal que quase toda ela ficava nas mãos de poucos, reduzido o grande número “a um jugo pouco menos do que servil” (*Rerum Novarum*), foi se “desmoralizando” (é o termo) e aparecendo cada vez mais como não sendo “livre”, uma vez que tornava a maioria sujeita aos economicamente fortes.

Por outro lado, o crescimento demográfico, devido à mesma lei de progressão geométrica que o rege e mais aos aumentos resultantes de uma menor mortalidade para uma natalidade decrescendo em taxa menor — criava problemas graves de migrações e de concentrações urbanas, exigindo uma ação direta do Estado para seu controle. Análogamente, a transformação estrutural das empresas, cada vez maiores, provocava, como contrapartida, o desenvolvimento dessa ação estatal que a organização dos trabalhadores e os movimentos sindicais por sua vez estimulavam e provocavam.

De tudo isso resultou uma ingerência gradativa do Estado no processo econômico, com a difusão sempre maior dos “planos econômicos coletivos”, entendido como plano “a adequação racional de meios inevitavelmente limitados, visando à obtenção de fins que só podem ser fins humanos”. Porque seria um contra-senso sair da desigualdade inumana conseqüente ao regime de concorrência livre, para cair num regime de planeja-

mento que não visasse justamente à eliminação dessa desigualdade.

Aí chega VITO ao que êle chama a “fase conclusiva” de sua exposição: “Se o sistema econômico, todo sistema econômico, diz êle, se realiza pela adequação dos meios limitados com vistas à obtenção dos fins sociais; se o sistema de concorrência se mostrou incapaz de conseguir êsse objetivo e se isso levou ao regime do planejamento econômico; se o plano não é senão o instrumento pelo qual deve atuar a justiça social, é evidente que essa justiça é o princípio diretor do próprio plano”.

Como se vê, para VITO, o planejamento deve ter como consequência pôr “a economia a serviço do homem”. Restaria ver se essa consequência aparentemente lógica é confirmada pela experiência: e se o plano, nas mãos de um Estado cada vez mais insaciavelmente poderoso e embriagado pelo seu próprio poder, burocratizado na sua própria estrutura, não leva às vezes a uma tiranização crescente em que “o homem é pôsto a serviço da economia”...

Numa segunda parte do seu livro tão interessante, mesmo para quem não concorda com tudo quanto nêle se afirma, estuda as repercussões dessa política social planejada sobre o direito ao trabalho: na luta contra o desemprego, na luta por salário suficiente e garantido, na defesa da integridade física do trabalhador, nos problemas de alimentação — que entre nós os SAPS tentaram resolver —, nos problemas de duração do trabalho, sem esquecer o problema não menos grave do aproveitamento do lazer, nos problemas da higiene

profissional e da defesa contra riscos do trabalho.

Finalmente, examina a difícil mas inevitável questão da colaboração dos trabalhadores no âmbito da empresa, colaboração essa que não lhe parece fundamentar numa suposta concepção da democracia econômica, *Wirtschaftsdemokratie* — da Alemanha de Weimar, mas que só pode ter por base “a valorização da personalidade humana do trabalhador”.

Uma terceira parte completa o livro tratando de “alguns problemas específicos de política econômica e social da Itália”: questões demográficas e migratórias, questões salariais, questões resultantes das novas concepções relativas às empresas públicas nas quais houve tantas tentativas durante o regime fascista. Mas essa parte, evidentemente, é de interesse mais restrito para um leitor brasileiro.

OUTROS LIVROS RECEBIDOS

Além dos livros comentados nesta seção, foram também recebidos os que figuram na relação abaixo. Ao assinalá-los à criteriosa atenção dos nossos leitores, apresentamos aos autores e editores os melhores agradecimentos da redação da revista, pela gentileza da remessa.

Assuntos Políticos e Jurídicos

TANCREDO NEVES. “O regime parlamentar e a realidade brasileira”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, 1962. 39 págs.

MARECHAL GODOFREDO DE FARIA. *A subversão da ordem social no Brasil*. Tip. Baptista de Souza & Cia., 1961. 100 págs.

ROBERT LORING ALLEN. *Soviet influence in Latin America: The role of economic relations*. Public Affairs Press. Washington, 1959. 108 págs.

WOLF MIDDENDORFF. *Todesstrafe — Ja oder Nein?* Verlag Rombach. Freiburg, 1962. 80 págs.

JOSÉ AUGUSTO. *Presidencialismo versus parlamentarismo*. Borsoi. Rio de Janeiro. 1962. 160 págs.

DIETER OBERNDÖRFER. *Wissenschaftliche Politik*. Rombach &

Co. Freiburg im Breisgau, 1962. 428 págs.

J. P. MAYER. *Trayectoria del pensamiento político*. Fondo de Cultura Económica. México, 1961. 346 págs.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Municípios do Brasil*. IBAM. Rio de Janeiro, 1960. 233 págs.

JOHN H. KAUTSKY. *Political change in underdeveloped countries: Nationalism and communism*. John Wiley and Sons, Inc. Nova York, 1962. 347 págs.

SILVEIRA NETO. *O Estado e o poder*. Difusão Pan-Americana do Livro. Belo Horizonte, 1961. 73 págs.

Assuntos Sociais e Sociológicos

PE. FERNANDO BASTOS DE ÁVILA S. J. *Introdução à Sociologia*.

- Livraria AGIR. Rio de Janeiro, 1962. 261 págs.
- VÁRIOS AUTORES. *Freedom & Serfdom*. Edited by Albert Hunold. D. Reidel Publishing Company. Dordrecht, 1961. 288 págs.
- VÁRIOS AUTORES. *Handwörterbuch der Sozialwissenschaften*. Vols. 3, 7 e 11. Gustav Fischer. Stuttgart, 1961.
- GILBERTO FREYRE. *Obras completas*. 10 volumes. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro.
- ORGANISATION EUROPÉENNE DE COOPÉRATION ECONOMIQUE. *Les relations humaines dans l'industrie*. Paris, 1959. 259 págs.
- SOLONCY JOSÉ CORDEIRO DE MOURA. *Educação primária — Tentativa de classificação da rede de escolas estaduais*. Instituto de Pesquisas Pedagógicas. Recife, 1961. 33 págs.
- MARIA ELZA DE M. ARRUDA e S. J. CORDEIRO DE MOURA. *Educação primária — Os municípios pernambucanos e o rendimento escolar*. Instituto de Pesquisas Pedagógicas. Recife, 1961. 50 páginas.
- ISNAR CABRAL DE MOURA, MARIA DOLORES DE OLIVEIRA QUINTÃO e MARIA LAURA DA SILVA CORREIA. *Educação primária — Estudo-inquérito em torno de um programa experimental de ensino*. Instituto de Pesquisas Pedagógicas. Recife, 1961. 95 páginas.
- CACILDA VIÉGAS DE ANDRADE. *Educação primária — Eliminação de alunos na rede de escolas estaduais*. Instituto de Pesquisas Pedagógicas. Recife, 1961.
- NILO BERNARDES. *Características gerais da agricultura brasileira em meados do século XX*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1961.
- PEDRO CALMON. *História do Brasil*. 7 vols. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1959.
- Assuntos Econômicos e Demográficos**
- J. FREDERIC DEWHURST. *Europe's needs and resources*. The Twentieth Century Fund. Nova York, 1961.
- ALBERTO O. HIRSCHMAN. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1961.
- J. FOURASTIÉ. *Productivité, prix et salaires*. Organisation Européenne de Coopération Economique. Paris, 1960. 115 págs.
- ORGANISATION EUROPÉENNE DE COOPÉRATION ECONOMIQUE. *L'évolution démographique de 1956 à 1976 en Europe Occidentale et aux Etats-Unis*. Paris, 1961. 149 págs.
- ANTÔNIO DIAS LEITE. *Produtividade — Aspecto econômico*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1961. 21 págs.
- F. C. DE SAN TIAGO DANTAS. *Produtividade — Aspecto institucional*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1962. 27 páginas.
- R. MONTZ DE ARAGÃO. *Produtividade — Aspecto médico-social*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro, 1962. 52 págs.
- VICTOR CONTRERAS NIÑO. *Financiación pública del transporte carreteras nacionales en Colombia*. Universidad de los Andes. Bogotá, 1962.